

A percepção ambiental no estudo da cidade: influências históricas do cenário urbano no projeto arquitetônico contemporâneo

The environmental perception in the town study: historical influences in the urban landscape in the contemporaneous architectonic project

Elaine Cavalcante Gomes¹

Sabrine Santos Mendonça²

Bárbara Helena Almeida Carmo³

Rafaella Quaresma Brangioni⁴

RESUMO: O cenário da cidade, uma vez que provoca diferentes sensações, tem importante influência na construção da identidade dos indivíduos e na preservação da memória coletiva. Do mesmo modo, na produção artística, especialmente na arquitetura, estão gravados ideais e influências que constituem documentos históricos e contribuem para caracterização da cidade. A cidade de Mariana-MG (especificamente o Terminal Rodoviário, a Praça da Estação e a Casa da Música) foi escolhida como objeto de estudo por concentrar um conjunto arquitetônico preservado ao mesmo tempo em que passa por um processo de modernização. Este artigo estuda o espaço arquitetônico como cenário e verifica de que forma a percepção e o uso do homem sobre o ambiente construído influenciam sua transformação.

ABSTRACT: the city scenario, once it causes different sensations, has important influence on the identity construction of the individuals and in the preservation of the collective memory. The same way, in the artistic production, especially in the architecture, are memorized ideas and influences which constitute historical documents and contribute to the characterization of the town. The city of Mariana-MG (specific the bus station, the Station Square and the Music House) was chosen as an object of study for concentrating a preserved architectonic set, while it passes by a modernization process. This article studies the architectonic space as scenario and verifies how the perception and the use by man upon the constructed environment influence its transformation.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção ambiental. Cenário urbano. Construções “históricas”.

KEYWORDS: Environmental perception. Urban landscape. “Historic” constructions.

I. INTRODUÇÃO: ADEQUAÇÃO AO TEMPO E ESPAÇO

O conhecimento da história das cidades deve necessariamente preceder o processo de projeção para garantir que determinada obra seja coerente com o contexto em que se insere, e que a população se aproprie do objeto de intervenção, garantindo sua manutenção dentro do espaço urbano. Apesar desta consideração, o grande volume de construções produzidas atualmente desconsidera a existência de um passado histórico, muitas vezes rico em sabedoria popular e em histórias que poderiam ser exploradas técnica e conceitualmente.

Diversas obras produzidas na contemporaneidade, por não apresentarem um diálogo com o passado e com o entorno imediato, poderiam ser implantadas em qualquer lugar do mundo, visto que transmitiriam as mesmas ideias e sensações, grande parte das vezes, uma sensação de desconforto visual e estranhamento.

Desta forma, é possível afirmar que a toda produção arquitetônica compete um cenário urbano, seja este uma grande metrópole ou uma paisagem bucólica do campo. Em ambos os casos, este cenário — em constante modificação — está fortemente relacionado à comunidade que ali habita e, portanto, a um equilíbrio estético e social que deve ser conhecido antes de qualquer intervenção. Parte de um artigo de Riboulet (1994) trata da questão do cenário urbano e da inversão entre o ambiente interno e externo, entre o público e o privado:

Este exterior da casa (as fachadas) se torna o interior da cidade, o fora é dentro. É um lugar que habitamos, como um salão. Experimentamos bem essa sensação, por exemplo, em Aix-en-Provence. André Chastel, creio, em algum lugar, inverte também a relação dentro e fora e trata as fachadas dando para as praças italianas como paredes de um compartimento onde nos estabelecemos.

A situação se agrava quando se trata de intervenções em edificações antigas ou em locais com características passadistas. É corrente ouvir que a investigação e o estudo da história local, dos modos de vida da população e das principais fontes de sobrevivência local, são necessários para o seu bom andamento e contextualização, respeitando a memória da população que convive com o patrimônio em questão. Entretanto, o arquiteto, de um modo geral, por mais que busque esta harmonia com o espaço e com o tempo, não possui total domínio do valor e do uso que serão conferidos à sua obra.

Para Meniconi, qualquer iniciativa de preservação projetada para o

1 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. Email: ecgomes@ufv.br

2 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, bolsista (CNPq) de projeto de Iniciação Científica. Email: sabrinemendonca@yahoo.com.br

3 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, estagiária no Escritório “Estilo Nacional- Arquitetura, cultura e preservação”. Email: barbara.hac@gmail.com

4 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, diretora de Relações. Email: faellaqb@yahoo.com.br

município deve melhorar a qualidade de vida da população e ser executada de forma conjunta entre poder público, órgãos de preservação e moradores. (MENICONI apud FLEURY, 1999)

No momento em que se inicia o processo de projeção, uma obra começa a fazer parte da história da cidade em que deverá ser inserida, mas está restrita ao conhecimento de poucos: os profissionais que trabalham na área. Entretanto, ao começar a ser construída, qualquer obra se torna parte do cenário (da unidade) em que se insere, passando a influenciar e modificar a vida da comunidade local e até mesmo dos eventuais passantes. Pode-se perceber que a obra será julgada (acolhida ou não) pela população somente no momento em que passa a existir fisicamente, impossibilitando a comunidade de participar deste processo projetual, fato que certamente aumentaria o sentimento de pertencimento àquele local.

Desde hoje, os arquitetos podem e devem pensar suas obras não como objetos isolados, erguidos por sua própria glória ou aquela de seus comanditários, mas como partes de um todo, de uma composição que os ultrapasse na qual eles devem se fundir, mas também se expressar (RIBOULET, 1994).

Respeitar a vocação do local e a trajetória histórica é uma forma de acertar nas escolhas que formam o conjunto final de uma obra arquitetônica. É, antes de tudo, garantir respostas consistentes à contiguidade da história, atuando de forma construtiva e coerente com a realidade local. “Não precisamos de meros reprodutores de modelos estranhos à nossa realidade” (GOMES, 2001, p.5).

A criatividade do projeto arquitetônico deve se valer do conhecimento e observação do mundo externo, do outro, e não do mundo internalizado do projetista, diferentemente, por exemplo, do artista plástico, que exterioriza o seu mundo interior. Gomes (2001, p.13) revela que estudantes de arquitetura quando levados a dar respostas formais dentro de um prazo delimitado (critérios qualitativos formais e quantitativos temporais) tomam como base “os próprios mapas mentais ou cognições internalizadas, a partir da experiência de cada um” (GOMES, 2001, p.13). O desejável é que todo arquiteto projete a partir da percepção, necessidades e desejos daquele que vai usar o espaço: o cliente.

2. CONCEITOS GERAIS

Antes de aprofundar no conteúdo deste trabalho, faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos que permitirão um maior entendimento das discussões aqui desenvolvidas. As definições colocadas a seguir se encontram, em sua maioria, dispostas em documentos legais sobre a preservação de monumentos de interesse histórico-cultural: Carta de Veneza, Carta de Burra, Carta do Restauro e Carta de Atenas, as quais foram utilizadas na composição desse artigo.

● *Bem*: Um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.

● **Restauo:** Qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos como bens. A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese.

● **Reconstrução:** O restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações.

● **Significação cultural:** Valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.

● **Manutenção:** Proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem. Não deve ser confundido com o termo reparação, que implica a restauração e a reconstrução.

● **Preservação:** Limita-se à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente, não sendo admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem.

● **Patrimônio:** Patrimônio (do latim *patrimoniū*) significa herança paterna, bens de família, bens necessários para ordenar um eclesiástico, dote dos ordinandos, propriedade.

● **Memória:** Conhecimento ou consciência sobre situações, eventos, ações, sensações passadas. Aquilo que permite a construção da identidade individual e coletiva além de estabelecer a relação entre o passado e o presente e vislumbrar o futuro. Toda memória, coletiva ou individual, se desenvolve em um espaço, em um lugar e, por ser um elemento vivo, está sujeita a modificações e alterações.

● **Requalificação:** Compreende toda a gama de ações que, sob esse nome genérico, engloba desde a restauração propriamente dita até a reconversão da edificação para novos usos diferentes do original (FUSCALDI, 2010).

● **Revitalização:** refere-se à recuperação e reutilização de trechos urbanos degradados ou sem vida, ou de conjuntos arquitetônicos de valor histórico, de modo a relacionar as intervenções pontuais de recuperação dos seus edifícios com intervenções mais gerais de apoio à “reabilitação” das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos, embora o senso comum aplique esse termo indiscriminadamente a qualquer requalificação urbana mesmo em locais plenos de atividades, que apenas necessitariam de um reordenamento físico-espacial e de usos. A revitalização tem sido o instrumento utilizado em diversos locais onde há um grande potencial de localização associado a um extensivo patrimônio construído. Muitas vezes, este é um instrumento de criação de novas áreas de importância e afluência turística ou da própria população das cidades (FUSCALDI, 2010).

Os conceitos apresentados têm acepções diferentes de acordo com os autores que os utilizam, motivo pelo qual se faz indispensável estabelecer as definições utilizadas neste documento.

3. OBJETOS DE ESTUDO

As obras escolhidas apresentam a contextualização do objeto com o seu entorno como um fator de transformação do local. Os arquitetos responsáveis pelas intervenções alegaram em entrevistas que buscaram ratificar ou inserir, no cotidiano dos passantes e usuários, uma identidade local.

As obras foram escolhidas na cidade de Mariana de forma a abranger três casos distintos. O primeiro trata de intervenção em edificação tombada na qual o objetivo era evidenciar a diferença entre o que é novo (colocado durante o processo de reforma, entre 2005 e 2006) e o que é antigo (a Estação Ferroviária, construída no início do século XX). Para tal, foi escolhido o Complexo Ferroviário-turístico-cultural que compreende a antiga Estação Ferroviária da cidade, a Praça Lúdico-musical e o Espaço dos Vagões, conhecida na cidade e tratada aqui como Praça da Estação. O segundo trata de intervenção em uma edificação tombada que alia o novo (colocado durante o processo de reforma, em 2005) ao antigo (existente desde a construção da edificação, no início do século XVIII) de maneira amena. Para tal, foi escolhido o atual Museu da Música, antigo Palácio dos Bispos ou Palácio da Olaria. Por fim, escolheu-se uma edificação fora do perímetro



Praça da Estação – Mariana, MG - Autor Desconhecido

tombado⁵, a Rodoviária da cidade, que é o local onde ocorre o primeiro contato de diversos turistas com a cidade de Mariana.

1) Na Praça da Estação, o histórico da cidade, a memória local, os resultados de diagnóstico sociocultural e as pesquisas de opinião realizadas com a população foram os fatores determinantes nas decisões projetuais, segundo os arquitetos Samy Lansky e Isabella Vecchi, responsáveis pela reforma. O projeto arquitetônico está vinculado a um projeto cultural produzido na cidade pela Companhia Vale do Rio Doce. O conceito norteador do projeto cultural é a educação patrimonial. As decisões relacionadas à intervenção arquitetônica no pátio da Estação Ferroviária de Mariana, também determinadas pelos fatores já citados, buscaram adequação ao edifício tombado da estação e ao entorno imediato. Para tal, foram utilizados materiais que não agredissem visualmente o patrimônio edificado, tal como o vidro, ou que retomassem a produção local, como a pedra sabão, o minério de ferro — trilhos da própria linha férrea que seriam descartados na sua reforma — e madeira de demolição.

2) O antigo Palácio dos Bispos, ou Palácio da Olaria, foi restaurado recentemente a partir de um projeto elaborado pelo escritório de arquitetura Século



Palácio dos Bispos – Vista da Rua Cônego Amando - Fonte: Sabrine Mendonça

⁵ O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Mariana foi devidamente tombado em 1938, após o trâmite do processo n. 069 - T - 38. Através do Decreto-lei n. 7.713/45, confirmou-se o referido tombamento, passando o município a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

30 – Arquitetura e Restauro, sob responsabilidade da arquiteta Maria Carmem Perilo. A restauração foi realizada com a finalidade de abrigar o Centro Cultural Arquidiocesano Dom Frei Manoel da Cruz e o Museu da Música de Mariana. Trata-se de uma importante construção do século XVIII, que abrigou importantes confabulações patrióticas.

Instalada em uma área pouco movimentada do centro de Mariana, fora do perímetro tombado em 1938, o antigo palácio é a construção mais antiga da rua. Ladeada por residências, a edificação está inserida em um espaço coberto por vegetação e rodeado por montanhas. A construção, que é protegida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) há mais de setenta anos, convive com residências contemporâneas, das décadas de 70 e 80.

Na década de 70, após várias intervenções sob responsabilidade de diferentes técnicos e donos, a degradação física do prédio começou a se agravar, mas somente em 2001, após o desmoronamento da ala sudoeste e da ala central, é que o projeto de restauração foi encomendado. A Universidade Federal de Ouro Preto contratou a mesma empresa que, em 1995, realizou um diagnóstico do estado de conservação da edificação e um levantamento arquitetônico, para elaborar um projeto de restauração, que foi aprovado em 2003. Entretanto, em 2005, uma vistoria apontou descumprimento deste projeto, e um novo foi contratado e aprovado, sem o conhecimento da empresa Século 30, antiga responsável.

O conceito de “deixar claro o que é novo e o que é antigo” foi utilizado em toda a obra, que seguiu critérios estabelecidos a partir de um canal condutor: a Carta de Veneza, considerada documento legal que dispõe sobre a conservação e



Fachada Posterior - Palácio dos Bispos - Fonte: Sabine Mendonça

restauração de monumentos históricos. Um exemplo da aplicação deste conceito na construção é a balaustrada de pedra que estava praticamente inteira e foi reconstituída com o uso da pedra sabão. Ao seu lado foi colocado um guarda corpo tubular feito em aço *corp* e aço *inox*. Tal intenção já é tida como tendência na área do restauro. A arquiteta disse acreditar que “a contemporaneidade tem que estar explícita” e que, sempre que possível, as intervenções devem ser reversíveis. Segundo ela, todas as decisões tomadas foram discutidas e apoiadas pelo IPHAN. “Não tem nada demais em fazer algo muito moderno, desde que dialogue com o entorno.”

Houve a utilização de paredes de vidro para marcar a existência de paredes de alvenaria que desmoronaram. Na fachada posterior, o vidro representa a continuação da ala antigamente existente ali é que foi “mutilada”.

A finalização da obra estava prevista para julho de 2009. No entanto, na visita técnica realizada à obra em setembro do mesmo ano, verificou-se que o porão estava ainda em fase de acabamento. Já o pavimento térreo e todas as outras áreas estão prontos e em pleno funcionamento, o que mostra que o prédio se encontra adaptado às suas novas funções sem deixar para trás sua antiga feição arquitetônica.

3) Na reforma da rodoviária de Mariana – construção não inserida no perímetro tombado da cidade - a aproximação da obra com a imagem da cidade de



Rodoviária construída nos anos 90. Vista da Rodovia dos Inconfidentes - Fonte: Autor desconhecido

Mariana foi, essencialmente, o objetivo do projeto. O entorno imediato do edifício é composto por bairros residenciais recentes e duas “massas verdes”, sendo uma

ao fundo e outra à frente. Encontram-se, ainda, edifícios comerciais como o Supermercado, lojas de peças para veículos, mecânicas, posto de gasolina, entre outros departamentos comerciais, sendo que eles têm, no máximo, três pavimentos. No ano de 2007, surgiu a iniciativa de realizar um projeto de grande amplitude que contemplasse os pontos considerados prejudiciais à harmonia visual da cidade e fosse criada uma imagem urbana favorável à atração de turistas. Para tal, foi contratado o escritório Gustavo Penna Arquiteto e Associados. Um dos arquitetos responsáveis pela elaboração do projeto, em entrevista realizada em fevereiro de 2010, afirma que

[...] os moradores e visitantes estão se conscientizando de que a preservação do patrimônio, tanto o cultural, quanto o natural, pode significar o deslanchar de suas comunidades como potenciais geradoras de riqueza e cultura e, por conseguinte, como polos de atração turística. (LOPES, 2010)

No entanto, a partir do que foi percebido até o presente momento, tal fato ainda não pode ser observado na cidade. Os arquitetos responsáveis pela reforma pensaram na diminuição da velocidade dos passantes, possibilitando a contemplação, e também em uma nova composição arquitetônica, mais adequada à cidade. Para isso, optaram pelo uso de linhas horizontais como os pórticos (que ainda possuem a função de ligação entre o público e o privado e de transição entre a cidade e o edifício), de vegetação e de cores características do barroco mineiro.

Quanto à funcionalidade do prédio, houve modificação no pavimento superior que agora conta com espaços para convenções e eventos e deverá ser destinado à venda de passagens. O pavimento térreo continua destinado ao embarque e



Rodoviária reformada atualmente. Vista da Rodovia dos inconfidentes - Fonte: Sabrine Mendonça

desembarque de passageiros, porém recebeu uma rampa de acesso e uma nova sala.

Apesar de todo o projeto com a proposta de intervenção ter sido entregue e apresentado à prefeitura em abril de 2007, a reforma do Terminal Rodoviário ainda não está completa. O acabamento na área de acesso ao pavimento inferior e no interior do edifício ainda não foi feito. Posteriormente, surgiu a proposta de melhoria na funcionalidade no pavimento inferior, encomendada ao mesmo escritório.

4. CUSTOS E BENEFÍCIOS DA PRESERVAÇÃO

Toda cidade convive com a geração de conflitos no momento em que abriga pessoas com valores, pensamentos e desejos distintos e muitas vezes contraditórios.

A Carta de Atenas (1933, p.25) diz que

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma.

Muitas cidades, inclusive Mariana, abrigam prédios antigos, construídos há mais de três séculos com técnicas construtivas, definição de usos, materiais inerentes àquela época, no entanto, vivem na contemporaneidade, em que as soluções arquitetônicas, bem como o objetivo dessas soluções, são outros; em que tudo muda e se transforma de forma mais rápida em um espaço de tempo menor.

É comum ouvir que a preservação de monumentos históricos ou de certos elementos dessas construções constitui obstáculos para a modernização, essencialmente quando se trata de empresas construtoras, que apostam na sobreposição das leis referentes ao uso e ocupação do solo ou exploram o máximo potencial construtivo de um lote sem levar em conta seus condicionantes. Uma edificação antiga — de imenso valor para a comunidade que ali habita e com importância reconhecida pelos órgãos de preservação — pode estar entre estes condicionantes. É imprescindível que além do cumprimento das leis, outros fatores sejam incorporados à etapa preliminar de projeto, independentemente da dificuldade que possam acarretar. É importante observar que a visão de “obstáculo” é completamente dependente da maneira como o profissional trabalha.

Uma dificuldade encontrada é a resistência das comunidades envolvidas, sejam elas organizadas ou não. Os Conselhos de Patrimônio têm especial atuação nesta questão, já que, quando deliberativos, possuem o poder de decidir em nome de toda a comunidade por eles representada, seja evitando certos absurdos ou mesmo sendo coniventes com eles. Porém, é fundamental a participação informada da comunidade na definição de seu patrimônio e na sua manutenção.

Outro fator a ser citado é a visão de retrocesso que a preservação de certos monumentos pode causar à população quando ela esbarra na construção de uma edificação que representa, por exemplo, o consumo, e — por vezes falsamente — a

ideia de modernidade. Quando isto ocorre, ou seja, quando a população não “abraça a causa”, o quadro se configura favoravelmente à destruição de partes da história.

De imediato, pode-se afirmar que os monumentos históricos não são representantes do anti-progresso, afinal existem exemplos concretos do convívio harmônico-respeitoso entre arquitetura de valor histórico e intervenções à frente do processo de desenvolvimento.

No texto “A preservação do patrimônio e o tecido urbano”, que trata do assunto, Meneguello (2000) afirma que, para os ingleses na década de 70, “o progresso significava a destruição dos cenários do passado. A cidade desde então vivenciou um uso integrado dos prédios do passado, para além do mero fachadismo”. A autora observou que após a perda de edifícios de grande valor a população tomou consciência da legitimidade da preservação, não como cenários imutáveis mantidos para admirar a distância a beleza da estética passada, mas como lugares vivos e de intenso valor quando experimentados e alcançados pelos sentidos.

A componente de reabilitação mais dura e física procurou privilegiar, sempre que possível, o restauro dos edifícios recuperando antigos espaços e adaptando-os para uso residencial (a par de medidas de recuperação demográfica). É importante salientar que não se renunciou à produção de habitação em novas construções nem à abertura de novas praças e ruas. (ALPESTANA, 2009)

Pode-se citar como exemplos de bens que foram intensamente valorizados pela população após a sua perda o Pilão em Ouro Preto, a Casa de Drummond em Itabira e o próprio Palácio dos Bispos em Mariana.(IMAGEM!!!). Na Praça da Estação de Mariana, o que é antigo e os novos elementos inseridos foram utilizados simultaneamente, porém, trabalhados de forma distinta pelos arquitetos. Utilizou-se ainda do potencial cultural da cidade e do fluxo de mercados e pessoas existente no local, unindo o resgate do passado com o progresso do turismo e da economia local. A partir disso, é necessário validar outro trecho do texto de Cristina Meneguello: “A produção cultural pôde fortalecer a própria economia da cidade e de certa maneira atuou até mesmo na melhora da imagem da cidade e do orgulho cívico a ela associado.”

Alguns documentos legais dispõem sobre a conservação, preservação e restauração de monumentos de valor histórico e cultural, como a Carta de Veneza 1964, a Carta de Burra 1980, a Carta do Restauro 1972 e a Carta de Atenas 1933. Estes documentos deveriam ser alguns dos pontos norteadores das ações dos arquitetos que trabalham na área de Patrimônio, pois nos fazem perceber que é possível progredir sem deixar de preservar os bens de valor para a comunidade.

A partir do momento em que a preservação se torna impedimento para a modernização, defender a conservação de edificações antigas se torna, para muitos, um preço alto demais a ser pago em nome de benefícios considerados tão pequenos. Esse patrimônio, que teoricamente representaria a identidade de um local e de uma comunidade, muitas vezes não tem sua importância reconhecida pela própria

sociedade, justificando sua rotulagem como “obstáculo para a modernidade”, o que veremos a seguir.

5. RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Pode-se dizer que a preservação de obras arquitetônicas antigas com grande valor histórico acontece de forma contundente em qualquer cidade, e isso não é diferente em Mariana. É notável a falta de interesse de grande parte da população em conservar essas edificações e manter viva a memória da cidade e daqueles que viveram ali em outras épocas.

Na maioria dos casos, a população que mora a vida inteira em um “centro histórico” é obrigada a se mudar para a periferia e a cidade acaba se tornando vazia de diversidade cultural, como explica o fenômeno da gentrificação. Podem-se citar dois casos em que há conflito entre o instituto de preservação e a população, geralmente aquela mais simples e sem recursos. 1) Há pessoas que querem ou necessitam reformar suas residências — interna ou externamente — de acordo com o uso a que está sendo destinado no momento, mas não podem fazê-lo porque o instituto de preservação não permite. 2) Há muitos que não têm condições de manter sua residência tombada conservada como a lei exige; são então obrigados a vendê-la, mesmo que, muitas vezes, por um valor considerado alto no mercado. Tais casos podem ser evitados se a legislação específica de estímulo à manutenção de bens tombados for efetiva.

Diante de tantos contratempos, é notável a necessidade de despertar nas pessoas a empatia pela história local e sua preservação. A comunidade carece gostar, se apropriar e dar valor para então desejar proteger. Sendo assim, o urgente a se fazer é uma boa e efetiva política de preservação, primeiramente, através de um programa permanente, ativo e participativo de Educação Patrimonial. É preciso pensar e trabalhar em prol da apropriação dos edifícios de valor histórico — principalmente aqueles que recebem intervenções atualmente — pelos usuários, a começar pelas crianças, que serão amanhã os responsáveis por aquilo que foi deixado por nossos antepassados acrescido do que será deixado por nós.

6. BELEZA, FUNCIONALIDADE E MARCO NA PAISAGEM

Tomando como base a definição sobre marco arquitetônico dada por Luiz Antonio de Paula Nunes e Dawerson da Paixão Ramos no artigo publicado pelo portal *Vitruvius*, temos:

Marco arquitetônico como uma referência, como um objeto físico definido de maneira simples e singular usado como indicador de identidade, recriando um ambiente visual que se tornou parte integrante da vida dos habitantes e cuja força da imagem aumenta, de acordo com Kevin Lynch, quando o marco coincide com uma concentração de associações (NUNES e RAMOS, 2004).

Pode-se perceber, pelas leituras e entrevistas informais já realizadas, que

uma obra que atende às necessidades daqueles que a utilizam e interage de forma positiva com a comunidade se torna referência em uma cidade. Um projeto que se torna relevante para a população passa a fazer parte do cotidiano das pessoas e, consequentemente, da vida da cidade, determinando sua dinâmica social. A verdadeira vocação do local, a estética e a localização da obra são alguns dos fatores que contribuem para a familiarização das obras arquitetônicas pelas pessoas em geral, tornando-as significativas para elas.

Torna-se claro, portanto, a importância de fazer uma pesquisa histórica e sociocultural antes de iniciar o processo projetual e carregar os resultados da pesquisa para as demais etapas de projeto, perpassando desde forma de implantação, volumetria sugerida e técnicas construtivas aos materiais empregados.

Quando um arquiteto acerta em suas decisões e tem como resultado uma construção utilizada positivamente da qual seus usuários se apropriam, o espaço adquire potencial para se tornar ponto de referência e, consequentemente, um marco arquitetônico na cidade. É o que podemos observar que acontece na Praça da Estação, onde a população se apropriou a tal ponto da obra que aquele espaço público passou a ser tão familiar quanto a sua própria residência. Eventos naturais e espontâneos, como, por exemplo, uma cidadã pegar uma vassoura em sua casa e varrer a Praça Lúdico-Musical, passam a ocorrer. Além de um belo cenário arquitetônico e paisagístico que “combine com a cara da cidade”, é preciso entender suas reais necessidades e, para isto, é importante ouvi-la e senti-la.

7. ENTÃO, A BOA ARQUITETURA...

Entre os preceitos da boa arquitetura está a integração entre beleza, forma, funcionalidade e, principalmente, a harmonia entre a obra e o espaço ao seu redor e entre a história da cidade onde está inserida. Generalizadamente, uma boa arquitetura é aquela que funciona adequadamente e atende aos seus propósitos. O melhor indicador da qualidade de um espaço são seus próprios usuários. Os objetos de estudo desse artigo foram analisados também a partir do que seria uma boa arquitetura no local onde estão inseridos.

Na rodoviária, a estação de embarque e desembarque — que funciona no térreo da edificação — não foi incluída como parte do projeto de reforma, comprometendo a visão que os usuários têm da obra. O local foi reformado para tornar-se o portal turístico da cidade, entretanto este uso ainda não está efetivado e a obra não se encontra 100% concluída. O conceito da readequação estabelecido para o local conta com a interação entre a cidade e a obra, e, utilizando-se de um estudo prévio, foi possível detectar os materiais característicos da região e utilizá-los buscando a harmonia com o entorno. Através deste estudo, percebeu-se também que tornar o edifício mais horizontal seria uma forma de aproximar a obra da cidade – consideração feita pelo autor da obra.

A Praça da Estação apresenta um diálogo bem sucedido entre o “novo” e o “antigo”. Devido a isso, o Complexo Ferroviário foi amplamente aceito por parte da comunidade local, a qual vem se apropriando do espaço. Uma boa ar-

quitetura aí se mostra a partir do grande fluxo de usuários do local e do fato de a construção dos anexos — que contaram com uso de tecnologia atual — dialogar com o edifício tombado.

Na restauração do Palácio dos Bispos e em sua readequação ao uso pelo Museu da Música de Mariana, toda intervenção realizada teve por base um levantamento in loco de toda a construção existente. Embora o que é antigo e o que foi construído atualmente se mostrem distintos algumas vezes, vê-se também a intenção de unir as épocas das intervenções numa fusão do novo e antigo, em alguns casos, reproduzindo partes degradadas de maneira esteticamente semelhante ao edifício antigo, mas com a utilização de materiais novos. Este tipo de atuação é questionável para alguns, como exemplo, o que expõe Violet le Duc (1868): “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo: é restabelecê-lo num estado completo que pode não haver existido em um momento determinado”. Diferentemente do que muitos pensam, o restauro não consiste, necessariamente, em deixar o edifício exatamente como ele era, mas adaptá-lo ao novo uso e, principalmente, à época em que a restauração é realizada.

8. CONCLUSÃO

Pode-se perceber que a importância da preservação dos monumentos históricos vem crescendo nos últimos anos. Enfatizamos tal argumento com o seguinte trecho da Declaração de Amsterdã, advinda do Congresso de Amsterdã, acontecido na Europa em de outubro de 1975:

A significação do patrimônio arquitetônico e a legitimidade de sua conservação são atualmente mais bem compreendidas. Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mudanças brutais da sociedade: um novo urbanismo procura reencontrar os espaços fechados, a escala humana, a interpenetração das funções e a diversidade sociocultural que caracterizam os tecidos urbanos antigos (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, p.2)

Ou seja, um número cada vez maior de pessoas reconhece que a arquitetura singular de qualquer cidade é patrimônio comum de seu povo e afirma a intenção de protegê-lo.

É evidente que por trás da maioria das atitudes relacionadas à preservação haja um interesse político, estratégico (marketing), ou até mesmo financeiro. Estes interesses podem partir do Estado ou de empresas privadas, que é o caso da obra realizada em Mariana e Ouro Preto para requalificação do trajeto do trem e das estações ferroviárias, que foi financiada pela Companhia Vale do Rio Doce.

Essas obras de requalificação e revitalização têm sido feitas de maneira a tentar resgatar as características mais marcantes de uma época de grande produção cultural, embora o grande objetivo seja tornar o objeto de intervenção um local

agradável, confortável e, principalmente, atraente para os usuários de hoje, gerando recursos para sua sustentabilidade.

Pode-se, também, questionar o objetivo desse tipo de intervenção financiada: A empresa Vale do Rio Doce é uma mineradora de grande porte que, no momento, está instalada na região de Mariana realizando seus serviços. Portanto, pode-se dizer que um projeto cultural como o da Praça da Estação, servindo como marketing da empresa, acaba por encobrir uma ação — a mineração — por muitos, considerada ambientalmente agressiva.

Grandes empresas de arquitetura e urbanismo têm sido contratadas para fazer estudos nos locais de intervenção apesar de, na maioria dos casos, estas empresas serem provenientes de grandes capitais, o que pode dificultar o trabalho de reconhecimento da imagem da cidade e da memória local. É possível dizer que as empresas locais teriam mais facilidade no trabalho de reconhecimento da imagem por já estarem inseridas no contexto da cidade e vivenciarem o cotidiano da mesma.

Sendo assim, pode-se concluir que a história da cidade deveria influenciar a produção atual mais do que usualmente influencia, visto que uma intervenção em objeto de valor histórico presume um conhecimento aprofundado sobre ele, e, consequentemente, um gasto de tempo e de dinheiro que nenhuma empresa que visa ao lucro, geralmente, pretende ter.

Através dos relatos orais e das leituras feitas, pode-se concluir que a memória do local se encontra descaracterizada e, pior, perdida. Para as pessoas mais simples, o que faz sentido é o custo de vida que aumenta quando a cidade passa a receber mais turistas, ou seja, preservar “coisas velhas” para aqueles que se encontram excluídos geográfica, econômica e psicologicamente do núcleo histórico da cidade em que vivem não faz sentido algum. Diferentemente deste quadro, observa-se que, para os mais velhos, é importante que a memória seja recuperada e preservada, visto que eles viveram um tempo diferente, e, em suas lembranças permanece uma imagem bem diferente da que se encontra hoje. Para as gerações que nos precederam, é importante recuperar estes objetos mesmo que seja feito em nome de outros interesses que não puramente a preservação da memória coletiva e mesmo que a função atribuída a eles seja diferente daquela que permeia suas lembranças.

Segundo Argan (1989):

De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade e se, em alguns casos, este valor é atribuído somente por uma elite de estudiosos, é claro que eles agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos.

Ou seja, nossa cultura exige que estes bens sejam conservados em nome da manutenção da nossa identidade cultural. É preciso preservar não apenas para garantir a existência de documentos de valor estético-histórico que comprovem e retratem um modo de vida, mas para garantir que o valor hoje

atribuído a estes monumentos seja respeitado.

O valor atribuído a certos bens ou a partes de certos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos determina a existência dos marcos. Para se tornar um marco, um elemento necessita ser experimentado e vivenciado pela população, mesmo que seja não trazendo boas recordações. Por exemplo, a antiga rodoviária da cidade de Mariana se tornou um marco não apenas por não oferecer serviços dignos aos usuários, mas também por causar incômodo visual nas pessoas que estavam simplesmente passando por ali. Quando um elemento ou construção se torna significativo e passa a fazer parte das lembranças e do cotidiano de tantos que o experimentam, este elemento ou local adquire potencial para se tornar um marco.

Como consequência do conhecimento e da experimentação, surge a apropriação do objeto pelos usuários, que implica a necessidade de sua preservação. Para entender melhor a relação entre os agentes produtores e modificadores do espaço e o ambiente — construído ou não — na cidade de Mariana, é preciso aplicar a metodologia da percepção ambiental. Só assim torna-se possível responder com propriedade às questões elaboradas neste artigo, compreender a percepção do usuário sobre os elementos arquitetônicos propostos e entender de que forma esta percepção influencia a transformação do cenário urbano atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPESTANA, Davide. *A Reabilitação de Temple Bar*. Disponível em: <<http://dalpestanawordpress.com/2009/06/17/a-reabilitacao-de-temple-bar/>> Acesso em: 23 nov. 2009.
- BRANCO, Patrícia M. C. *Patrimônio histórico e turístico: Uma Construção Social*. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2009.
- Carta de Atenas – CIAM – novembro de 1933. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2010.
- Carta de Burra – *Conselho Internacional de Monumentos e sítios* – 1980. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2010.
- Carta de Veneza – *Conselho Internacional de Monumentos e sítios* – maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 14 maio. 2010.
- Carta do Restauro – *Governo da Itália – abril 1972*. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_do_Restauro_1972.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2010.
- Declaração de Amsterdam – *Conselho da Europa – outubro de 1975*. Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/npu/npu_patrimonio/legislacao/internacional/patr_cultural/declaracoes/amsterda_1975.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2010.
- CHOAY, F. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- CUNHA, Alexandre M., e MONTE-MÓR, Roberto L. M. *A Tríade Urbana: Construção Coletiva Do Espaço, Cultura E Economia Na Passagem Do Século XVIII Para O XIX Em Minas Gerais*. Diamantina, 2000.

- FLEURY, Ana Carolina. *Um pé na modernidade, outro na tradição*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/boletim/bol1268/pag8.html>> Acesso: 30 out. 2009.
- FONSECA, Claudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: Sua formação e Suas Representações. In: *Termo de Mariana – História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- FUSCALDI, Rogério. *Técnicas de Preservação e Restauro: Apresentação de Conceitos*. Viçosa, 2010.
- GOMES, Elaine Cavalcante. *O Olho da mente: o ensino da arquitetura através da percepção*. Trabalho final (Pós-Doutorado) – Universidade Autônoma do Estado de Morelos, Cuernavaca-Morelos-México.
- JENCKS, Charles e SUDJIC, Deyan. As construções ainda possuem valor simbólico? *Prospect Magazine*. 19/06/2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/prospect/2005/06/19/ult2678u19.jhtm>>. Acesso em: 30 out. 2009.
- LIKERT, R. Uma técnica para a medição de atitudes. *Archives of Psychology*, No. 140, 1932.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MENEGUELLO, Cristina. A preservação do Patrimônio e o Tecido Urbano. Parte 1. A reinterpretação do passado histórico. Vitruvius, *Arquitexto* 003, ago/00. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp007.asp>> Acesso: 30 out. 2009.
- MENEGUELLO, Cristina. A preservação do Patrimônio e o Tecido Urbano. Parte 2. Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano. Vitruvius, *Arquitexto* 003, ago/00. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp008.asp>>. Acesso: 30 out. 2009.
- TASSIS, Bruna. *Planejamento turístico e processos urbanos: O desenvolvimento urbano e turístico de mariana, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado -: Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2009
- WERKEMA, Mauro. *Título da Unesco para Mariana faz justiça à sua história*. Disponível em: <<http://www.jornaloliberal.net/colunas/carta-aos-tempos/46-titulo-da-unesco-para-mariana-faz-justica-a-sua-rica-historia->>. Acesso em: 5 maio. 2009.